
GOVERNOS PROGRESSISTAS NA AMÉRICA LATINA E SEUS IMPASSES EM CONTEXTO NEOLIBERAL

PROGRESSIST GOVERNMENT IN LATIN AMERICA
AND ITS DEADLOCKS IN A NEOLIBERAL CONTEXT

Maurício Mogilka¹

<http://lattes.cnpq.br/3224287475413552>

Recebido em 30/10/2018

Aceito em 25/11/2019

RESUMO: Este artigo pretende fazer uma análise das possibilidades de ascensão de governos progressistas na América Latina e em especial no Brasil no atual contexto neoliberal e agora, mais recentemente, de extrema direita. Refletindo a partir de uma perspectiva não-dirigista, mostra as dificuldades para os projetos políticos progressistas chegarem ao poder e aí se manter. Analisa também os governos de coalizão e seus limites. O artigo propõe uma alternativa de solução para estes impasses, baseada em uma crítica construtiva às esquerdas dirigistas e uma defesa de posturas mais dialógicas na relação esquerda-povo. Desta forma se poderia constituir as condições para o apoio popular necessário à ascensão de governos e legislativos progressistas, condição humanizadora necessária para se fazer frente à eficaz máquina política neoliberal.

Palavras-chave: governos progressistas; esquerda dirigista; esquerda dialógica; apoio popular

ABSTRACT: This article makes a discussion about the possibilities of the rise of progressist government in the Latin America and especially in Brazil, in the present neoliberal context or, more recently, extreme right context. Reflecting in a no-controller perspective, the article shows the difficulties to progressist political projects to reach to the power and there to stay. The article suggests a solution to this deadlock, supported in a critic to the controller lefts and a defense of dialogic postures in the relationship between the left political agents and the popular groups. Thus we can to build the conditions to the popular support to the rises of progressist government and legislative, necessary conditions to confront the efficient political machine of the neoliberal policies.

Key-words: progressist government; controller left; dialogic left; popular support

Eu disse que o escravo não tem pátria.

Não é verdade.

A pátria do escravo é sua revolta.

Heiner Müller

¹ Professor Associado de Didática da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Doutor em Educação pela FE/UFBA. Atua na extensão universitária, com assessoria e formação em projetos, organizações e movimentos sociais. E-mail para contato: mmogilka@ufba.br.

DE ONDE PARTEM ESTAS REFLEXÕES

Este artigo pretende fazer uma análise do momento político complexo que vivemos na América Latina e contribuir para que as forças progressistas superem os impasses em que estamos, com um forte avanço das forças neoliberais e retrocesso nas pautas de cidadania. Este processo se intensificou, no caso brasileiro, com a recente ascensão da extrema-direita à presidência e aos legislativos estaduais e federal.

O artigo assume que a complexidade se mostra como um imperativo para a transformação da realidade. Enfrentamentos, mesmo que progressistas, baseados em cosmovisões simplistas, reducionistas e hierárquicas, herdadas da própria modernidade colonialista que fundou a América Latina, tem sido dominados pela eficiente máquina política neoliberal.

Em função destas questões um dos objetivos deste texto é estimular a nossa imaginação criadora, enquanto participantes das forças progressistas, para pensarmos os subsídios de um projeto de país para o Brasil. Obviamente o objetivo aqui é pensar este projeto fora dos marcos neoliberais, mas também superando os limites do pensamento da esquerda mais ortodoxa e verticalista, e sua enorme dificuldade de dialogar com o povo. Neste último caso os projetos tem sido mais reativos ao neoliberalismo do que propositivos. Tais projetos tem pouca chance de responder aos dilemas atuais de uma América Latina marcada pela agenda excludente das políticas neoliberais.

Nesta linha, o artigo pretende fazer uma análise das possibilidades de ascensão de governos progressistas na América Latina e em especial no Brasil no atual contexto neoliberal. Refletindo a partir de uma perspectiva não-dirigista, mostra as dificuldades para os projetos políticos progressistas chegarem ao poder e aí se manter. Analisa também os governos de coalizão e seus limites.

O artigo propõe uma alternativa de solução para estes impasses, baseada em uma crítica construtiva às esquerdas dirigistas e uma defesa de posturas mais dialógicas na relação esquerda-povo. Desta forma se poderia constituir as condições para o apoio popular necessário à ascensão de governos e legislativos progressistas, condição humanizadora necessária para se fazer frente à eficaz máquina política neoliberal.

Neste artigo se caracteriza como *esquerda* todo partido, organização política, grupo ou teoria que assume uma postura crítica e transformadora em relação às estruturas sociais injustas e desiguais, especialmente (mas não somente) as capitalistas. Dentro deste grande campo complexo e muitas vezes contraditório, define-se esquerda dirigista como aquela que pretende dirigir, conduzir o povo e demais forças progressistas nos processos de libertação.

Esta condução muitas vezes não é explícita, pois seu discurso é repleto de conceitos como *democracia participativa*, *emancipação*, *autonomia*, *participação popular*, *diálogo*, fenômenos que a meu ver são incompatíveis com o desejo de dirigir, ser vanguarda revolucionária, ou se considerar como responsável pela tarefa de criar, de forma unilateral, os projetos políticos e as plataformas de candidaturas progressistas. Mesmo que não pretenda, sua postura política com a população tende a ser vertical, ainda que de forma às vezes sutil.

Seu discurso é prescritivo e não dialógico. Suas organizações são verticalizadas; embora falem de centralismo democrático, geralmente as posições que são aprovadas nos encontros coletivos são aquelas defendidas pelos dirigentes, que exercem uma influência muitas vezes idolátrica sobre os membros mais jovens e os menos escolarizados da organização. Inúmeras destas organizações ainda atuam na estrutura direção-quadros médios-base.

De forma geral a esquerda dirigista não age assim por intencionalidade dominadora consciente, mas porque não sabe ser de outra forma. Está ainda com os pés firmemente apoiados na modernidade, tanto nos seus aspectos emancipatórios como nos dominadores. Trabalha sinceramente pelos direitos da classe trabalhadora, da mesma forma que a esquerda dialógica, mas não percebe que seus métodos entram em colisão com suas intencionalidades políticas, ligadas à emancipação humana. A esquerda dirigista tem dificuldades em compartilhar poder com os grupos populares e com as demais forças progressistas.

Estas correntes da esquerda dificilmente são identificadas na prática e mesmo na teoria, e precisamos fazer esta distinção, inclusive para ajudar a corrente dirigista a superar suas contradições, e também para unir as esquerdas. Outra observação que é preciso fazer aqui é que estas duas correntes da esquerda não são puras, não são completamente auto-excludentes e por vezes não tem fronteiras muito nítidas. Como toda classificação, esta que está sendo feita aqui é aproximativa e não exata.

Na prática temos situações onde as diferenças entre estas duas correntes são bem visíveis. Mas também ocorrem muitas situações de fronteira, onde características de uma e de outra aparecem no mesmo grupo político. Se não tomarmos este cuidado na análise e na práxis política, corremos o risco de produzir compreensões binárias, polarizadas e pouco complexas. A análise aqui feita procura aproveitar características emancipatórias tanto da modernidade como da pós-modernidade, sem preconceitos, e superar traços opressores nestas duas grandes cosmovisões. Ou seja, esta análise se coloca no campo da transmodernidade.

Por outro lado, caracterizamos aqui a esquerda dialógica como aquela que pratica a fundo e radicaliza as atitudes de dialogar, de compartilhar poder e de construir junto com a população qualquer projeto de intervenção, desde uma ação no bairro popular à construção de um projeto político para o país, ou como se deve aplicar o orçamento estatal, ou como direcionar uma política pública.

A esquerda dialógica entende que o poder para todos deve ser exercido por todos. Pratica profundamente os três instrumentos da democracia participativa, ou seja, a participação de todos: 1. Na discussão dos problemas; 2. Na reflexão que possa gerar as soluções; 3. Na tomada de decisão. A esquerda dialógica entende que produzir novas sociedades utilizando o velho esquema dirigentes-dirigidos pode ser menos difícil na luta contra o poder burguês, porque utiliza estruturas psíquicas já construídas nas subjetividades (relação opressor-oprimido). Mas entende que isto não é efetivamente, na sua potência, emancipação humana.

A esquerda dialógica pratica formas de liderança e coordenação diferentes do dirigismo. A liderança dialógica, de uma forma geral, tem quatro características:

1. Compartilha poder com a base, ao invés de concentrá-lo; não tem medo de democratizar o poder e nem acha que isto seria se esquivar a “cumprir seu papel histórico de conduzir as massas”; aliás, não quer “conduzir as massas”, mas trabalhar processos de libertação com o povo, lado a lado, e não atrás ou à frente dele, de forma vanguardista;

2. É educadora, investe no desenvolvimento das pessoas que estão na base do movimento;

3. Atua como coordenadora do processo coletivo, ajuda o coletivo a encontrar suas forças e aprender a tomar decisões, depois de ter sido historicamente excluído dos processos decisórios;

4. É altamente rotativa; como ajuda a desenvolver a base, mais pessoas vão se tornando aptas ao exercício da coordenação.

A esquerda dirigista é mais numerosa no Brasil do que a esquerda dialógica. Alguns exemplos de movimentos que praticam, em algum grau, princípios da esquerda dialógica: grupos autonomistas, que recusam a tutela de partidos, atuantes nos movimentos como as jornadas de junho 2013, ou contra o impeachment do governo Dilma, ou no movimento “Fora Temer”; grupos de cultura popular; movimentos de estudantes secundários que ocuparam as escolas nos últimos anos no Brasil e no Chile; MPL (movimento passe livre); grupos que atuam nas periferias com a teologia da libertação e o teatro do oprimido; movimento da educação popular; parte dos movimentos de mulheres e das juventudes não-partidárias que atuam nas periferias urbanas.

Em outros países, podemos citar entre inúmeras outras experiências, o zapatismo no suldeste do México. Fora da América Latina, podemos citar por exemplo o movimento *Podemos*, na Espanha, e o movimento dos “coletes amarelos” na França. Este movimento recente, através de uma série de manifestações não controladas por partidos, acuou o governo Macron, de extrema-direita, que foi obrigado a suspender aumento dos combustíveis no final de 2018.

É importante acrescentar aqui que a jornada de manifestações de junho de 2013 e 2014 foi formada por um amplo leque de movimentos e grupos de protesto, inclusive alguns conservadores, que darão origem mais tarde a movimentos de extrema direita, como o MBL (Movimento Brasil Livre). Mas é injusto classificar estas heterogêneas jornadas como conservadoras, como fazem alguns intelectuais e militantes da esquerda dirigista. O que atemorizou alguns grupos dirigistas foi o fato que muitos grupos progressistas participantes nestas jornadas são autonomistas, auto-geridos e, em alguns casos, dialógicos. Não aceitam ordens de cima e decidem suas ações na própria base. É difícil para a maioria dos grupos dirigistas lidar com esta autonomia e com a prática de definir estratégias de baixo para cima (o poder obedencial, como dizem os zapatistas em Chiapas). O dirigismo tem dificuldade em lidar com a autonomia porque possui um grande temor de perder o controle das situações.

As reflexões aqui desenvolvidas não são evidentemente neutras politicamente e nem estão acima dos próprios processos analisados. Ao contrário, nascem do agir e do questionar dentro deles, a partir deles. A principal referência inspiradora deste artigo é teórico-política, uma abordagem que poderíamos chamar de humanismo crítico. Aqui este conceito é tomado para denominar uma abordagem ampla, e não apenas uma teoria. Assim, inclui diferentes autores ou correntes teóricas, desde que possuam características do humanismo crítico. Tais características são:

1. A centralidade do bem-estar de todos os seres humanos na definição de políticas, finalidades e ações;
2. A crença na capacidade do ser humano, desde que encontre condições mínimas, se auto-governar coletivamente e gerir o estado de forma democrática, não precisando de um poder externo para comandá-lo (classe dominante, tiranos, tecnocracia, religiões conservadoras);
3. A crença na capacidade do ser humano, ao se humanizar, desenvolver valores e formas de convivência solidárias, justas e identificadas com o bem comum e com as necessidades dos outros;
4. A ideia segundo a qual a realidade é transformável e não estática;
5. Trabalhar, na teoria e na prática, com os seres humanos concretos e não com uma essência abstrata e ideal de humanidade;

6. O princípio de que a transformação da realidade social é consequência da ação coletiva, e não de discursos, pensamentos ou afetos; contudo, as práticas humanas não se convertem em práxis sem o auxílio de discursos, ideias e afetos que transgridam de alguma forma o que está estabelecido pelos sistemas opressores;

7. As teorias precisam contribuir na transformação da realidade, beneficiando a qualidade de vida dos setores populares nas sociedades contemporâneas; para atingir este engajamento, os teóricos precisam ser simultaneamente ativistas sociais, inseridos em algum projeto, comunidade ou movimento social com o qual se identifiquem; sem isto, fica comprometida a articulação teoria-prática-sensibilidade.

As teorias incluídas nesta orientação geral, entre as quais estão parte do trabalho de Marx, operam em um horizonte teórico mais extenso, em comparação com as correntes teóricas deterministas. Assim evitam que nossas análises incorram em perspectivas reducionistas, que estabeleçam uma hierarquia entre práxis e estruturas políticas: processos efetivos de libertação política não estão desvinculados do desenvolvimento pleno dos seres humanos, ou seja da humanização. Isto é condição fundamental para que transformações efetivas na realidade sejam possíveis, e não se restrinjam aos aspectos econômicos ou político-estatais, produzindo, assim, novas formas de opressão.

Dentro desta abordagem geral, aqui denominada humanismo crítico, a principal referência teórica que inspirou este artigo são as teorias latino-americanas da libertação, ou seja, a educação popular, a teologia, a sociologia, a psicologia e a filosofia da libertação e o teatro do oprimido. Estas teorias são utilizadas em uma grande quantidade de países do terceiro mundo.

As idéias principais e as metodologias sugeridas pelas teorias da libertação estão claramente na contra-corrente das forças políticas neoliberais e desumanizadoras da atual fase das sociedades capitalistas como a nossa. Trata-se de um pensamento libertário, profundo, amoroso, radical, mobilizador, revolucionário, anti-colonialista. Suas contribuições são inestimáveis no campo da alfabetização, formação, intervenção social, auto-organização de comunidades. É imenso o seu valor para pensar as práticas sociais e as idéias que fundaram o que chamamos de Brasil e América Latina, que são a nossa origem, nosso caldo cultural e nosso horizonte de felicidade.

A educação popular, assim como as demais teorias da libertação, nasceu em plena modernidade, a partir do fim dos anos 50. Estas teorias-práxis agregaram importantes elementos emancipatórios da modernidade, como a consciência crítica e a democracia participativa. Contudo elas também incorporaram elementos que estão além da modernidade, que a ultrapassam e a desestabilizam: incerteza, indeterminação e complexidade, por exemplo. Elas também estão centradas na afetividade e na solidariedade como fundamentos da vida coletiva digna, rejeitando a competição e individualismo como orientadores da vida social.² No plano político as teorias da libertação apostam no basismo e na horizontalidade e não no dirigismo verticalista de vanguardas intelectuais ou políticas.

² Competição e individualismo são dois valores fundamentais da moral capitalista; os outros são: consumismo, alienação política e ética da esperteza. Sem a reprodução destes valores na formação das pessoas a base de sustentação subjetiva do capitalismo desaba (além da moral, os outros elementos que compõem o poder simbólico são a educação, a cultura, a mídia e a religião). A intenção com a formação baseada nestes valores, agora mais sofisticada com as estratégias neoliberais, é formar as subjetividades favoráveis ao capital: pessoas dóceis politicamente, economicamente produtivistas e consumidoras vorazes (além do poder simbólico, os outros dois pilares de sustentação do poder burguês são o domínio da economia e o poder político).

O CONTEXTO QUE ESTAMOS VIVENDO NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

Se observarmos com atenção a história política da América Latina nos últimos 60 ou 70 anos, veremos que quatro tipos de governo tem se alternado nesta região das Américas. Ex-cetuando-se Cuba pós-59 e a Nicarágua revolucionária do sandinismo (1979-89) temos tido governos conservadores, progressistas, de coalizão e ditaduras empresariais-militares. As burguesias nacionais latino-americanas em geral optam por governos conservadores, que não são apresentados como tais, mas como governos de progresso e modernização, e a partir da década de 1990, como propostas neoliberais, assumindo este termo um significado positivo, elogiável, desejável e não crítico.

Outra variante de governos conservadores são os governos de extrema-direita que ascendem ao poder pelo voto e não por golpe. Eles não se auto-denominam *extrema-direita*, mas “linha-dura” ou “moralizador”. O governo Bolsonaro recentemente eleito no Brasil está nesta categoria, e será analisado mais adiante.

A alternativa de golpes empresariais-militares tem sido reservada para situações em que há crise política com avanço das forças progressistas. O custo político de uma ditadura é alto, entre outros fatores porque o estado de exceção desmascara a falácia de que a democracia representativa é um regime justo. Aliás uma das conseqüências da ascensão dos governos realmente progressistas é justamente “puxar” a democracia representativa para modelos mais próximos à democracia participativa.³ É o que ocorreu nos primeiros anos de chavismo na Venezuela e recentemente ocorreu na Bolívia e Equador, inclusive com reformas progressistas nas constituições federais destes países⁴.

Quando as burguesias/grupos conservadores⁵ não podem bancar um governo conservador e não há contexto favorável para golpes empresariais-militares, elas se aliam a forças progressistas dispostas à aliança. E daí nascem os governos de coalizão. Estes tentam articular estes interesses diferentes e em grande parte antagônicos, pois o conflito de classes é, mesmo que remotamente, o fundamento de muitas destas diferenças. Tentando agradar a gregos e troianos, os governos de coalizão dificilmente realizam agendas políticas ousadas.

Seus limites como instrumento de transformação social são grandes, embora não se possa negar alguns avanços e importantes políticas públicas, mesmo que parciais, como vimos nos 13 anos de governo Lula-Dilma. Mas a maior parte da burguesia é tão desumana, mesquinha e predadora que mesmo estes parciais avanços sociais são combatidos. Boa parte da burgue-

³ Para uma discussão sobre democracia participativa, ver Mogilka, 2014.

⁴ É importante destacar uma diferença no caso da Venezuela. O chavismo chegou ao poder em 1999 e nos primeiros anos apresentou características de uma democracia participativa, em parte semelhante ao que ocorreu na Bolívia e Equador. Contudo o chavismo entrou em crise e a Venezuela também, nos últimos anos. Além do criminoso combate das elites ao Estado e à economia nacional, sabotando os esforços para garantir qualidade de vida à população, a crise convulsiva no país é conseqüência de alguns equívocos do próprio chavismo. Estes seriam: 1. Não ter diversificado a economia, mantendo-a muito presa a uma comoditie – o petróleo (a Venezuela é o 6º produtor mundial); com a crise de baixo preço do petróleo, pós- 2008, a economia do país entrou em crise e as receitas estatais financiadoras de políticas públicas também; 2. O regime se militarizou, buscando parte expressiva sua governabilidade no apoio das forças armadas; 3. Verticalização do chavismo, com expressiva hierarquização do regime; 4. Dificuldade de compartilhar poder com a população e setores progressistas de classe média, concentrando poder em segmentos da alta hierarquia do chavismo; 5. Insuficiente investimento em efetivos canais de participação popular no poder.

⁵ Não só a burguesia é conservadora e isso aumenta sua força; pela expansão da ideologia burguesa ou para falta de alternativas mais dialógicas das esquerdas, setores da população e da classe média também assumem caráter conservador.

sia quer tudo para si, quer todas as riquezas do planeta, não quer dividir. Precisa preencher seu imenso vazio existencial com bens materiais, poder e prestígio. As pessoas, especialmente pobres, negros e indígenas, para elas não são seres humanos, são coisas, são objetos.

A América Latina passou a viver uma onda de governos progressistas ou de coalizão a partir de 1999, com a ascensão na Venezuela do governo Hugo Chávez. Em Honduras, governo Manuel Zelaya (2006-2009); Rafael Correa no Equador (2007 até 2017); Evo Morales na Bolívia (2006 a 2019); Fernando Lugo no Paraguai (2007-2012); no Chile, Uruguai e Brasil tivemos governos de coalizão.

Houve então a reação conservadora. Dado o contexto desfavorável para golpes empresariais-militares, a burguesia, com apoio de grupos reacionários e até fascistas, utilizou o recurso dos golpes legislativo-jurídicos, integrantes desta grande estratégia conservadora chamada *guerra híbrida*. Assim conseguiram derrubar os governos Zelaya, Fernando Lugo e, no Brasil, Dilma Rousseff. Mais recentemente em 2019, contribuíram para a queda do governo Evo Morales na Bolívia.

Quando não tem força para promover golpes legislativos, pois perderam o controle do legislativo para forças progressistas, os conservadores vem tentando desestabilizar os governos, como no caso do chavismo, inclusive com manobras empresariais criminosas, como por exemplo provocar crises de abastecimento de produtos básicos, para colocar a população contra o governo. Nenhuma manobra burguesa-conservadora conseguiu derrubar os bem sucedidos governos do Equador e da Bolívia, devido aos seus modos de gestão participativo-populares e o conseqüente imenso apoio popular que tem. Como estes governos conseguiram isto? É o que veremos mais adiante neste texto.

No Brasil a candidatura Lula tentou chegar ao poder três vezes com uma plataforma progressista (1989, 1993, 1997), quase chegando lá nas duas primeiras, mas sendo derrotada. Contudo na segunda metade dos anos 90 o PT e PCdoB começam a migrar, de forma não transparente, para posturas de coalizão. Estes partidos, base central da frente de esquerdas que apostou nas candidaturas Lula, viviam um dilema: como aumentar o apoio popular, fator principal de governabilidade de um governo genuinamente progressista?

Ninguém governa sem algum fator de governabilidade lhe dando suporte. Estes fatores são também os que permitem o acesso ao poder pelo voto direto. Os principais fatores de governabilidade nas sociedades latino-americanas com economia capitalista são: capital; mídia; máquina pública; estruturas políticas tradicionais (voto de cabresto na zona rural; reduto de cabos eleitorais nas periferias urbanas); igrejas; apoio popular.

Para aumentar o apoio popular as esquerdas brasileiras precisariam - este é o argumento central deste artigo - modificar sua relação com os grupos populares: de uma postura que é majoritariamente dirigista-vertical-prescritiva para posturas basistas-horizontais-dialógicas⁶. Este não foi o caminho escolhido por boa parte da esquerda que apoiava a candidatura Lula, e a opção feita foi a coalizão. Mas como se poderia conseguir a citada migração de posições dirigistas para posturas mais dialógicas? É o que veremos a seguir.

É urgente responder a esta pergunta e elaborar uma estratégia política que nos permita trabalhar junto com o povo, lado a lado, e não à frente dele, como vanguardas revolucionárias. Após 13 anos dos governos Lula-Dilma, os setores da burguesia política excluídas do

⁶ A expressão *basismo*, na área social, tem dois significados diferentes. O basismo político é o trabalhar em relações horizontais com a população; o basismo epistemológico é a desvalorização da teoria no trabalho com comunidades, e a supervalorização da prática e dos saberes tradicionais. Aqui neste artigo utilizo o primeiro significado.

poder federal pela coalizão e os setores da burguesia econômica na avidez de radicalizar ainda mais a implantação-atualização da agenda neoliberal, conseguiram através de golpe legislativo derrubar o governo Dilma e impor o ilegítimo governo Temer em maio de 2016. Esta agenda vem sendo ainda mais radicalizada com o governo Bolsonaro, a partir de janeiro de 2019.

Em três anos e meio estes dois governos conservadores, com apoio do congresso e mídia, realizou uma avassaladora radicalização da agenda neoliberal, com cortes em políticas públicas e aprovação-implantação de leis e reformas gravíssimas para os direitos da classe trabalhadora, como a reforma trabalhista, a lei da terceirização das atividades fins (inclusive no setor público) a lei do teto de gastos do setor público (emenda constitucional 95) e reforma da previdência. Além disto, colocou em tramitação, ainda não concluída, a lei que permite a demissão de servidores públicos e uma ampla e conservadora reforma administrativa, intencionando um verdadeiro desmonte do estado brasileiro.

Os governos de coalizão Lula-Dilma mesmo não tendo uma agenda social ousada, característica de governo de coalizão, acabou sendo um freio parcial ao implante do modelo neoliberal no Brasil, iniciado com o governo Collor no ano de 1990. Este papel de freio foi uma das mais fortes causas das resistências de setores da burguesia não-alinhadas, aos governos do PT. Como este não tinha apoio popular suficiente, a queda não pode ser evitada.

Pelo tipo de alianças que faz, com setores da burguesia, o governo de coalizão se afasta do contato direto com o povo e do trabalho de base, ou o faz de forma prescritiva ou clientelista. Este afastamento fragiliza a identificação do povo com aquele governo. Isto explica, em conjunto com o forte ataque ideológico da mídia conservadora ao governo Dilma, porque o povo não foi às ruas contra o impeachment deste governo, ou contra a prisão de Lula, ou no movimento Fora Temer. Quem foi às ruas foi a militância organizada; e esta, sem apoio popular, é insuficiente para acuar o poder burguês.

É pois urgente responder à pergunta central deste texto, nascida da análise da própria realidade política brasileira, se feita em um viés progressista. Em 2018 enfrentamos o mesmo problema da segunda metade dos anos 90: poucas chances de sucesso, nas eleições, de candidaturas para o executivo e legislativo que tenham caráter progressista. As maiores chances dos setores populares que lutam por direitos estiveram de novo em propostas de coalizão: Ciro Gomes ou Fernando Haddad.

Se em 2002 foi eleito um governo de coalizão (Lula), o que é questionável, comparado com a possibilidade de um governo progressista com forte apoio popular, em 2018 nem a coalizão venceu (Haddad), perdendo para uma proposta de extrema direita (Bolsonaro). Esta derrota pode ser explicada por fatores externos ao campo progressista, como o uso de fake news, a atuação do poder evangélico-neopentecostal, a narrativa de um possível golpe militar, a promessa de garantir segurança pública e a adesão de parte da mídia e do capital ao candidato ultra-conservador. Contudo parte da derrota veio de contradições do próprio campo progressista.

Seria essencial a formação de uma frente popular meses antes do primeiro turno, e não projetada para o segundo. Assim a candidatura de centro-esquerda chegaria mais forte nas eleições, inclusive porque o eleitor teria tempo para conhecê-la. Mas os partidos progressistas preferiram lançar candidaturas próprias, com exceção do PCdoB. Mais uma vez pensaram no crescimento específico de cada partido, e não no povo brasileiro.

A candidatura estrategicamente mais adequada para liderar esta frente e enfrentar com

mais chance de sucesso os conservadores seria Ciro Gomes/PDT. Era agregadora e tinha baixo nível de rejeição junto ao eleitorado, ao contrário do PT. Ciro Gomes buscou insistentemente o apoio dos partidos de esquerda e centro-esquerda, inclusive o PT, mas estes se recusaram a abrir mão de suas candidaturas próprias, como já foi citado.

Esta característica da esquerda dirigista, de sempre ter que estar na liderança, nos papéis principais de qualquer aliança, de ter dificuldade de fazer concessões, tem sido chamada na militância de *hegemonismo*. Ela é um dos principais entraves a formação de frentes populares. Isto fortalece as chances de ascensão de propostas neoliberais ou de extrema-direita.

Tudo isto, em conjunto com os outros fatores externos à ação das esquerdas já citados, fortaleceu a candidatura da extrema direita, Jair Bolsonaro/PSL. O Bolsonarismo é uma nova versão deste segmento da direita brasileira. Ele tem suas bases políticas em diferentes fenômenos, como o poder evangélico-neopentecostal, o fascismo e a militarização da sociedade, o antipetismo e as dificuldades de união no campo progressista (esquerda e centro-esquerda); na parte do capital que aderiu à proposta não-liberal e o descrédito com partidos tradicionais e com a própria política (candidato se apresentava como não-político). Também contribuíram para sua ascensão a deterioração na área de segurança pública e a crise econômica e desemprego, consequência ainda da grande crise do capitalismo iniciada em 2008.

É um equívoco opormos neoliberalismo à extrema-direita bolsonarista. Ao longo do século 20 e agora no século 21, vemos que quando a burguesia não consegue se manter no poder pela democracia liberal, com candidatos conservadores liberais, acaba aderindo a candidatos conservadores de extrema-direita, para evitar a ascensão de candidatos progressistas ou mesmo de coalizão. Foi assim na Alemanha em 1933, quando o partido nazista chega ao poder pelo voto, e depois dá um golpe já no poder. Quando a burguesia não consegue isso e ocorre a ascensão um candidato progressista, lança mão do golpe militar e ditadura, se tiver força e apoio popular para isto. Foi o que ocorreu no Brasil em 1964, com a queda do governo Jango, o mais progressista que o Brasil já teve até hoje.

Outro ponto importante diz respeito a uma das bases sociais do bolsonarismo: o poder evangélico-neopentecostal. A volta das forças progressistas ao trabalho de base com a população, e de forma não-prescritiva, é importante não só para enfrentar as estruturas capitalistas de opressão, mas também este poder evangélico-neopentecostal, que é em grande parte (não totalmente) fortemente conservador e não-antagônico ao capitalismo.⁷ Este poder iniciou sua expansão pela América Latina no fim dos anos 1980, e levou trinta anos para chegar à presidência da república.

Ele avançou no Brasil no vácuo deixado, em parte, pela retração de políticas públicas, causado pela agenda neoliberal; em parte pela diminuição do trabalho de base feito por forças progressistas (especialmente nos 13 anos de governo de coalizão do PT), ou pela realização desse trabalho de forma prescritiva, vertical e pouco interessante para a população. Isto leva a trabalhos de intervenção realizados com metas pré-definidas pelos militantes, geralmente muito distantes das necessidades imediatas da população.

Por isto são geralmente desinteressantes, inicialmente, para o grupo popular com o qual se trabalha. Neste ponto específico, é importante que trabalhemos com um princípio metodológico importante: começar a intervenção social pelas questões desejadas pelo grupo po-

⁷ No Brasil já temos vários movimentos e grupos evangélicos progressistas, que tem se colocado abertamente contra a agenda conservadora e a atuação parlamentar da chamada bancada da bíblia. Um dos mais interessantes destes movimentos é a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, inclusive com bastante material disponível na internet.

pular (desde que não levem a resultados opressores) e gradualmente fazer as conexões destas questões iniciais com as estruturas sociais mais amplas.

Este então é um breve quadro do contexto político que estamos vivendo no Brasil. Estaremos sempre condenados a soluções políticas intermediárias e pouco profundas, como os governos de coalizão, ou pior ainda, a governos neoliberais ou de extrema-direita?

UMA PROPOSTA PARA SUPERAÇÃO DO ATUAL CONTEXTO

Na tríade política fundamental das sociedades capitalistas latino-americanas, esquerda-povo-burguesia, temos quase sempre concentrado nossas análises críticas sobre o povo (devido à alienação política de amplos setores populares) e ao poder burguês (análise absolutamente essencial). Mas não fazemos uma auto-crítica mais profunda a nós mesmos. Com isso, um modo de funcionar da esquerda, especialmente a esquerda dirigista, vertical e prescritiva, acaba se perpetuando. Excessivamente apegada a doutrinas políticas vanguardistas, tem dificuldade de realmente dialogar e construir com os grupos populares, sem trazer soluções já prontas.

Retomando a pergunta feita na primeira parte deste texto, recolocamos: Por que, na década de 90, as esquerdas não conseguiram aumentar a base de apoio popular à candidatura progressista de Lula? O argumento mais usado na época para esta dificuldade apontava como causa: 1. A alienação política em que vivia a maior parte do povo; 2. O poder econômico, político e ideológico da burguesia.

Contudo, podemos contra-argumentar, Bolívia e Equador, onde prosperaram governos progressistas, tinham também (com algumas diferenças) os mesmos problemas que o Brasil: parte do povo na alienação e burguesias fortes e organizadas. Como então os governos Evo Morales⁸ e Rafael Correa conseguiram chegar ao poder, sem alianças de coalizão mais conservadoras? Como governaram, de forma bem sucedida, apesar de alguns percalços e das resistências da burguesia e dos grupos conservadores?

Esta força deriva do imenso apoio popular que estas candidaturas obtiveram; ou melhor: do imenso apoio popular, no qual elas foram construídas, uma vez que não se trata de projetos políticos, da esquerda para o povo, mas de projetos construídos pela esquerda e pelo povo, coletivamente. Não são projetos outorgados pela esquerda, mas experiências coletivas onde os grupos populares já em algum grau inicial de desalienação, se sentiram autores, e não apenas executores.

Mas como as esquerdas bolivianas e equatorianas chegaram a este grau de vinculação com

⁸ O governo Evo Morales foi uma das mais fortes e bem sucedidas experiências de democracia participativa na América Latina. Além do investimento em políticas públicas, conseguiu fazer a economia boliviana crescer 4,5% ao ano nos últimos anos, em um cenário continental altamente recessivo. Este governo perdurou de 2006 a 2019 e foi derrubado pela confluência de três fatores: um golpe empresarial-policial, com a conivência das forças armadas e forte atuação da guerra híbrida; grandes manifestações de rua; erros do próprio governo. Entre estes erros podemos citar a inoperância do governo em criar novas lideranças com destaque nacional, que pudessem suceder o presidente Evo Morales. Este vácuo de sucessores e a excessiva concentração de poder simbólico em Morales levaram a uma sequência de equívocos: 1. Mudar a constituição para permitir um terceiro mandato de Morales; 2. Insistir no plebiscito em 2016 para permitir um quarto mandato; 3. Com a derrota no plebiscito, recorrer à corte suprema, que equivocadamente autorizou o quarto mandato; 4. Nas eleições de 2019, não ter evitado o “apagão” durante a apuração, que produziu críticas severas ao indicar, contra as evidências, vitória de Morales no primeiro turno. Esta sequência de equívocos produziu descrédito no governo e no MAS, mesmo na parte da população não cooptada pelas elites, e fortaleceu indiretamente as forças reacionárias golpistas. O governo Morales passou não mais a ser visto como um projeto popular, mas um projeto de poder, particular e corporativista.

alguns setores expressivos da população? O argumento que será defendido aqui é que a dificuldade de ampliar a base de apoio popular no Brasil na década de 90 se deve não apenas ao binômio poder burguês-alienação popular, mas a uma postura de uma parte expressiva das esquerdas brasileiras e latino-americanas. Postura prescritiva, vertical, hierárquica; muito mais dirigista do que dialógica. Postura que envolve a dificuldade em compartilhar poder com o povo, em perder o controle da situação.

Mas como as esquerdas bolivianas e equatorianas mudam esta postura dirigista e compartilham poder com os grupos populares? Esta mudança se deve à intensa autocrítica que estas esquerdas passaram a fazer a partir, principalmente, de 1992, ano de comemoração dos 500 anos de “Descoberta” das Américas, e dos protestos contra estas festividades.

A necessidade dessa autocrítica por parte da esquerda dirigista brasileira é urgente. Ela é admitida por setores desta esquerda há décadas, mas nunca realizada de forma rigorosa. Podemos interpretar a falta de maior apoio popular às candidaturas progressistas no Brasil, nos anos 90, além da evidente alienação em que vive parte da população, a um outro fator: uma recusa silenciosa a ser dirigida, conduzida, convencida; a ser coadjuvante, e nunca protagonista e autora do roteiro. As pessoas na pobreza ou na miséria podem ser não-alfabetizadas ou ter passado por uma escolaridade cheia de falhas; mas elas são inteligentes, e parte delas se recusa a colaborar com projetos políticos gerados sem sua participação, mas para cuja realização elas são convocadas a executar.

Estas dificuldades de ampliar o apoio popular se tornaram ainda mais críticas nos anos 2000, pois com a ascensão ao poder do governo Lula, em 2003, e a não-realização de pautas populares por este governo de coalizão, mesmo os setores populares que estavam mobilizados e votaram neste governo se sentiram traídos e caíram em estado de desilusão política. Isto aumentou o fosso entre a população e a macro-política, ou política de Estado, já historicamente construído durante a colonização e preservada pelas elites nas sociedades pós-coloniais.

A migração do PT e PCdoB para posições de coalizão não foi transparente, pois senão perderiam os votos populares e de parte da esquerda que não concordava com a coalizão. Esta não-transparência produziu nos setores populares mais politizados uma descrença nas esquerdas que até hoje nos atinge. Somado este problema àquele mais estrutural já apontado aqui - nossas esquerdas são muito mais dirigistas do que dialógicas - fica realmente difícil elaborar projetos políticos com a população, e não para ela.

Logo, se pretendemos ter no poder governos e legislativos progressistas, capazes de enfrentar e acuar o poder burguês, precisamos ter coragem de fazer uma auto-crítica e uma revisão das esquerdas, provocando uma reorientação de posturas mais dirigistas para posturas mais dialógicas. E aí voltar ao trabalho de base com os grupos populares, gerando potência para propostas realmente progressistas.⁹

Esta migração de orientações dirigistas para dialógicas envolve aspectos psico-políticos das organizações de esquerda (partidos, sindicatos) e de seus agentes. É preciso humanizar as esquerdas para enfrentar a desumanização neoliberal.¹⁰ Isto envolve desconstruir as relações

⁹ O trabalho de base com a população, como estratégia e critério de legitimidade para a construção de democracias participativas, não significa abandonar o trabalho “pelo alto”, nas esferas e alianças institucionais. Contudo estas alianças não tem força e nem legitimidade se não forem potencializadas e orientadas por decisões tomadas na base, junto com a população.

¹⁰ Humanização é entendida a partir de duas características: 1. O desenvolvimento do ser humano em todas as suas capacidades, dimensões e possibilidades, desde que não levem ao sofrimento ou opressão de si mesmo, de outros seres

hierárquicas dentro dos próprios partidos e organizações de esquerda (estrutura direção-quadros médios-base).

Esta desconstrução envolve também transformações nas subjetividades dos agentes políticos da esquerda dirigista, que desestabilizem o esquema binário dirigente-dirigido não só na dimensão institucional mas também na dimensão subjetiva. Este esquema é uma herança da relação dominador-dominado das sociedades de classe, e nem sempre nos damos conta disso.

Outro fator importante para a superação do difícil contexto que vivemos hoje no país é a necessidade de superar a grave dificuldade de união entre as esquerdas. A formação de uma ampla frente popular é essencial para a ascensão de forças progressistas. A atomização política beneficia à burguesia. PSOL, PSTU, PCB e PCO deveriam ser um só partido. Deveriam ser correntes de um só partido. Separados, seu poder é pouco efetivo.

Expressivos setores das esquerdas latino-americanas tem se deixado dominar, há décadas, pelo princípio maquiavélico, tão bem praticado pelas burguesias: dividir para governar. Objetivos eleitorais imediatos, com pouca chance de sucesso, são sobrepostos às coligações com outros partidos de esquerda e às alianças com forças progressistas não-partidárias.

Diferenças doutrinárias, às vezes minúsculas, são consideradas mais importantes que os direitos e necessidades da população, que exigem para ser conquistados, a união. Assim o dogmatismo e a rigidez doutrinária de alguns setores da esquerda tem sido, paradoxalmente, um dos mais importantes aliados do poder burguês, pois a esquerda é uma das principais forças mobilizadoras de grupos populares.

Havendo então intensidade nesta revisão das esquerdas, podemos investir no segundo elemento da estratégia política que está sendo proposta neste texto: voltar ao trabalho de base com a população, já não mais de forma dirigista-vertical-prescritiva mas dialógica-horizontal-basista. Na verdade estas não são fases estanques da estratégia, mas simultâneas e graduais, com idas e vindas, erros e acertos, medo e ganho de autoconfiança. Estes seriam os requisitos para o trabalho político de base dialógica:

1. Dialogar realmente com os grupos populares (conscientizar não é convencer); isto exige o saber ouvir (escuta sensível);
2. Compartilhar poder com o povo (inclusive nas organizações de esquerda);
3. Construir projetos políticos locais ou nacionais junto com os grupos populares, e não previamente, dentro das organizações de esquerda;
4. Flexibilizar o uso da matriz teórica leninista, que é dirigista, e suas derivações (trotskismo, maoísmo, pensamento gramsciano).

Finalizando, podemos sugerir os três eixos que precisam compor uma estratégia de renovação das esquerdas, e principalmente, de revitalização das relações esquerda-povo na América Latina hoje, neste forte contexto neoliberal. Esta renovação é urgente, dado o avanço das forças conservadoras e até fascistas sobre os direitos e políticas públicas tão duramente conquistados, no caso brasileiro nestes últimos trinta anos pós-ditadura empresarial-militar. Este avanço tem inclusive contado com o aparelhamento de instituições do estado brasileiro por grupos conservadores, desvirtuando profundamente seu caráter constitucional e cidadão. Estes eixos, realizados simultaneamente, são:

humanos ou outras formas de vida; 2. A obtenção do contexto social e cultural que permite o exercício pleno do ser humano em seus direitos e necessidades básicas, como moradia, saúde, trabalho digno, educação, cultura, direito à diferença.

a) Volta das esquerdas a um intenso trabalho de base de forma horizontal, dialógica e basta; isto já foi analisado neste artigo;

b) A nível eleitoral apostar em grandes frentes populares e não candidaturas partidárias; isto exige que se supere a estreita lógica partidária e se passe a uma postura frentista, supra-partidária; que se assuma uma atitude generosa, humanista-crítica, onde o foco seja o ser humano, o povo, e não mais “o meu partido”, a “minha organização”; não podemos esquecer que em 2020 teremos eleições municipais; antes disso é essencial a formação de uma ampla frente anti-fascista, com os mais variados setores da sociedade, sem caráter ainda eleitoral;

c) Voltar a investir em grandes mobilizações, protestos de rua e ocupações; para obter apoio popular e de grupos políticos não-partidários e não-sindicais para estes protestos é necessário rever a forma como a maioria dos protestos tem sido organizados pela esquerda dirigista: excessivamente disciplinados, ordenados, padronizados; alguns destes protestos parecem uma entediante combinação de parada militar com desfile de escola de samba, uma seqüência rígida e fragmentada de agremiações: os “blocos” das centrais sindicais, depois os partidos, depois as juventudes socialistas dos partidos, depois o movimento social X, depois o movimento social Y; o dirigismo abafou a criatividade de parte das esquerdas: não é de admirar que o povo e os grupos mais independentes não queiram participar. Sem algum grau de caos criativo, mistura, autonomia e alegria não se faz democracia participativa e nem revolução.

REFERENCIAS

- DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão*. São Paulo: Paulus, 2005.
- DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- MOGILKA, Maurício. Repensar a democracia. PRACS: *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*. Macapá, v.7 n. 1, p. 61-81, jan.-jun. 2014 (www.repositorio.ufba.br).
- MOGILKA, Maurício. A educação popular e as teorias da libertação: propostas complexas de transformação da realidade. *Desafios: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins*. Palmas, v.2 n. 1, p. 19-30, dez. 2015 (www.repositorio.ufba.br).
- MOGILKA, Maurício. A educação popular e algumas problemáticas das práticas de transformação social. *Revista Educação e emancipação*. São Luís, v.8 n. 2, p. 105-121, dez. 2015 (www.repositorio.ufba.br).
- RICHARD, Pablo. *Força ética e espiritual da teologia da libertação no contexto atual da globalização*. São Paulo: Paulinas, 2006.